

Vigilância e Memória: IV Série da *Nação Portuguesa* (1927-1928)

A. Paulo Dias Oliveira
DHAP – FCHS – UALG
SLHI – CHC – FCSH – UNL

Em virtude do golpe de 28 de Maio de 1926 e da ditadura nacional que foi o seu efeito mais imediato, o Integralismo Lusitano, com a sua implícita adesão à situação, entrou num período de “acalmia” que se vai reflectir em toda esta série da *Nação Portuguesa*. Podemos inferir que esta quarta porção abarca, sendo que se trata de uma mera hipótese, visto que os três primeiros números não se encontram datados, o final de 1926 (Dezembro?) ou início de 1927 (Janeiro?)¹ e se prolonga até Maio de 1928, data do derradeiro número.

Nessa ordem de ideias, o “editorial” do número inaugural declara que o movimento do Integralismo Lusitano se encontra alheado de “todos os debates de política imediata”² e afastado de todas as intrigas políticas, acrescenta o último³. No entanto, não declinam a tarefa de procurar analisar e “orientar no seu mais elevado sentido a política nacional”⁴.

Por outro lado, não podemos deixar de suspender o juízo por uns instantes, *epochê* é o termo técnico, para salientar o nome desta peça inaugural deste quarto andar do edifício: *Vigília de Armas*. *Vigília* significa estar acordado, não dormir no posto, estar vigilante, associando o vocábulo a material bélico deduz-se que se trata de uma vigilância activa. Pode-se concluir que a afirmação redundaria na ilação de que para o Integralismo Lusitano a ditadura nacional parecia ser um bem, desde que se estivesse precavido e atento, porém, se a situação degenerasse, as armas teriam uso de novo ou, então, hipótese também pertinente, as armas soariam em defesa do regime.

Desse modo, parecem-nos estar presentes dois objectivos fundamentais, finalidades que servem para titular este artigo, nesta série: em primeiro lugar, o encómio de António Sardinha, presente na publicação dos originais que se vai

¹ No segundo número encontramos uma referência à passagem do segundo aniversário da morte de António Sardinha, 10 de Janeiro de 1925, e o anúncio da inauguração de uma lápide comemorativa no Aqueduto de Elvas, cf. Redacção, “O segundo aniversário da morte de António Sardinha”, *Nação Portuguesa*, 4ª Série, Tomo I, nº 2, p. 154. De qualquer forma, o mais provável será o início de 1927 para o primeiro número e, por essa razão, foi essa a data que escolhemos para titular o presente artigo.

² Manuel Múrias, “Vigília de Armas”, *Nação Portuguesa*, 4ª Série, Tomo I, nº 1, pp. 7-14. Queríamos esclarecer, desde já, que devido ao encerramento da Biblioteca Nacional de Portugal nos é impossível indicar a página exacta da citação e, por esse motivo, forneceremos, sempre, as páginas do início e fim de cada artigo referido, única informação que temos, neste momento, acesso.

³ *Idem*, “Olhando o Caminho”, *Nação Portuguesa*, 4ª Série, Tomo II, nº 12, pp. 373-376.

⁴ *Idem*, “Vigília de Armas”, *Nação Portuguesa*, 4ª Série, Tomo I, nº 1, pp. 7-14.

arrastar pelas séries seguintes e notícias várias sobre o natural de Monforte (Instituto António Sardinha, hipótese da saída de um número de *in memoriam*, referências à primeira geração do Integralismo Lusitano, etc.); por fim, o afastamento da política activa, em vigília de armas, com a consequente união de esforços em torno da restauração/ressurgimento nacional, quer dizer da tradição, da ordem, da autoridade e do nacionalismo (“o reaportuguesamento de Portugal” na expressão de Afonso Lopes Vieira⁵), caminho seguro para a edificação da *Ordem Nova* que o teórico alentejano tinha expandido durante o início dos anos vinte⁶.

Por último, não podemos deixar de pôr em relevo a designação para o cargo de Secretário da *Nação Portuguesa*, a partir do Tomo II, nº 7, de Marcelo Caetano, que tinha, até então, dirigido a Revista *Ordem Nova* conjuntamente com Albano Magalhães⁷. A única coisa a que não tivemos acesso foi ao facto de saber se a sua designação foi por indicação da Junta Central do Integralismo Lusitano⁸. Quem tinha sido, previamente, indicado para ocupar a função de Secretário da Revista, pela Junta Central do Integralismo Lusitano, tinha sido Rodrigues Cavalheiro, todavia, sabemos que declinou o convite, expondo as suas razões numa carta endereçada a Manuel Múrias⁹.

Os escritos de António Sardinha

Abraçando, neste momento, os propósitos enunciados traçaremos um quadro amplo dos artigos da responsabilidade de António Sardinha nesta série em apreço. No entanto, num primeiro momento, talvez fosse ideia aceitável inventariá-los, nessa ordem de ideias, temos: “Um Romântico esquecido I”, Tomo I, nº 1, pp. 15-24 e nº 2, pp. 97-108; “Ocidentalismo e Cristianismo”, Tomo I, nº 3, pp. 169-181 e nº 4, pp. 241-255; “O Brasil e o Hispanismo”, Tomo II, nº 7, pp. 7-19, nº 8, pp. 101-112 e nº 9, pp. 173-185.

⁵ Sobre esta expressão veja-se o que já atestámos no nosso artigo “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. A segunda série da *Nação Portuguesa* (1922-1923)”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, UNL, CHC, II Série, Vol. 26, 2009, p. 157 e nota. O artigo de José Manuel Cordeiro, “Da constante rectificação mental...”, inserto neste número da *Promontoria*, aponta outra autoridade, o poeta Ricardo Cruz, para a expressão “reaportuguesar Portugal”. Temos que confessar que, neste momento, temos dificuldade em determinar a paternidade da expressão.

⁶ *Vd. Idem, Ibidem*, p. 157-160.

⁷ Como nota de curiosidade, apresentamos o subtítulo desta revista integralista dirigida à juventude: *Revista Anti-Moderna, Anti-Liberal, Anti-Democrática, Anti-Burguesa e Anti-Bolchevista. Contra-Revolucionária; Reaccionária, Católica, Apostólica e Romana; Monárquica; Intolerante e Intransigente; Insolidária com Escritores, Jornalistas e quaisquer Profissionais das Letras, das Artes e da Imprensa*. Esta subdenominação mais se parece com um “manifesto” dos “anti”. Publicou-se de Março de 1926 a Fevereiro de 1927, dez volumes com doze números.

⁸ *Cf. Redacção, “Dr. Marcelo Caetano”, Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo II, nº 7, p. 84.

⁹ *Vd Redacção, “Carta de Rodrigues Cavalheiro a Manuel Múrias”, 4ª série, Tomo I, nº 1, pp. 65-66.*

No primeiro dos artigos citados vai, o mestre integralista, distinguir dois tipos de romantismo: um que qualifica de mau, isto é, que é origem de “uma das psicoses mais desordenadas” que, por sua vez, foi função da “paranóia revolucionária”, e esta, como a Caixa de Pandora, fonte de todos os males da época; o outro que qualifica de bom, nacional ou, na melhor das hipóteses, hispânico, filiado na tradição romântica do *Amadís*, que é puro lirismo, sendo este que enforma a verdadeira alma portuguesa¹⁰.

De qualquer forma, é neste último tipo de romantismo que se filia esse romântico esquecido: António Ribeiro Saraiva. Não se esquece o escritor alentejano de terminar a exposição com o elogio às posições políticas miguelistas de Saraiva, projectando-as como a verdadeira política histórica da nacionalidade, a saber, a restauração das instituições próprias da nacionalidade lusitana, ou seja, os municípios e as cortes gerais. Considera, enfim, António Ribeiro Saraiva como o verdadeiro precursor do regionalismo em Portugal¹¹.

No que se refere à designação de “Occidentalismo e Cristianismo”, Sardinha principia com uma citação da *Physiologie de l'amour* de Henri Beyle, mais conhecido no meio artístico por Stendhal, para analisar criticamente a “filosofia bastarda do séc. XVIII” que, na perspectiva do mestre tradicionalista, teve o seu primórdio no Renascimento e na Reforma. Estes ideários conduziram o espírito ocidental em linha recta até à atitude individualista, da qual é consequência necessária o relativismo, manifestando-se este na política, na religião, na ciência, nas belas artes, etc., esse individualismo, ainda na perspectiva do escritor nacionalista, atinge o seu ponto culminante no séc. XIX.

Na mesma ordem de ideias, vai pretender conectar o capitalismo à doutrina religiosa judaica, admitindo que “as ligações que os judeus entretêm com a sua divindade são frias, mecânicas e práticas: acreditam que todos os seus actos são registados num grande livro celeste, num como ‘deve-e-haver’, com as boas acções dum lado, e as más, do outro. Dir-se-ia que contam mesmo os juros”. Levando mais a fundo a sua linha de raciocínio, diligencia demonstrar que “o *Talmude* (...) está cheio de preceitos subtis acerca dos negócios”. Tudo isso lhe favorece a conclusão de que a concepção moderna da existência, com o predomínio do económico, é uma doutrina exclusivamente judaica, e essa tem a sua expressão mais acabada no

¹⁰ Sobre o *Amadís* ver A. Paulo Dias Oliveira, “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista...” *cit.*, p. 162 e António Sardinha, “O Significado de Amadís I e II”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 9, pp. 400-409 e nº 10, pp. 455-468. Não podemos deixar de salientar o maniqueísmo que acompanha grande parte do ideário integralista e que nesta peça do autor de Monforte está bem patente, aliás, em geral para o Integralismo Lusitano quem “não é por nós, é contra nós”.

¹¹ Este artigo, a despeito de aparecer grafado com I, conforme se pode constatar pelo título, nunca terá sido continuado, a explicação mais plausível talvez se encontre no falecimento prematuro do autor. Sobre Saraiva ver, ainda, de J. Mendes da Cunha Saraiva, “António Ribeiro Saraiva na Universidade, com uma notícia genealógica sobre sua família”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo I, nº 3, pp. 193-205 e nº 4, pp. 282-295.

regime dos Estados Unidos da América, que Werner Sombart define, na obra *O capitalismo moderno*, como “uma perfeita judeia”.

Qual, então, o remédio para essa situação? A solução de Sardinha consiste na necessidade de “virar o curso à corrente”, isto é, restituir o predomínio do “moral” e do “intelectual”, esse procedimento, em termos práticos, consistirá em “desjudaízar” a nossa época e o mundo ocidental. Pergunta-se, ainda, quem será o protagonista dessa mudança de mentalidade. A resposta a essa pendência parece-me ser clara: os povos hispânicos, visto que são os únicos que sempre se encontraram em oposição aos ideais judaico-puritanos anglo-saxónicos e, também, ao “romantismo da razão” gerado pelo mundo ocidental, como acabámos de verificar anteriormente. Nesta equação é, similarmente, variável não despreciando o facto de se manterem fiéis às tradições católicas.

Não será, do mesmo modo, motivo de espanto o ideal do V império enformado na aliança hispânico-americana, esta é uma coordenada sempre em evidência, porém, a isso convém adicionar a importância que tem no pensamento do integralismo lusitano o mito do encoberto: o messianismo sebástico¹².

O terceiro artigo referenciado retoma premissas já, previamente, analisadas e, por esse motivo, preludia a exposição com o tema da decadência europeia que assaca, como não seria de esperar outra forma, ao individualismo liberal e racionalista e à divisão no seio da cristandade. Dizendo o mesmo por outras palavras, a decadência é função da perda dos antecedentes históricos e humanos que são os próprios do catolicismo, principalmente, a substituição do conceito de pessoa pela noção de indivíduo, nas palavras do teórico alentejano: “tornando o homem princípio e fim de si mesmo, fatalmente que cessou de actuar nele, a pessoa, para que prevelesse predominantemente o *indivíduo*”. Por outro lado, ainda é necessário levar em linha de conta, ainda segunda a lógica sardiniana, a terrível confusão que se instalou no ocidente entre civilização e técnica.

O fármaco é sempre o mesmo: o génio hispânico que lançou as raízes da cristandade através do Atlântico. Este espírito que preza nos seus usos e costumes não o indivíduo mas a pessoa, que lhe concedem as suas maravilhosas “virtudes de vitalidade e resistência”, tem a potência, incorporado a um nacionalismo que restaura e expressa a fisionomia inconfundível de uma pátria e de uma tradição e que nos pode reconciliar com os nossos próprios antecedentes humanos e históricos, de produzir um tipo de civilização que pode gerar no seu seio o

¹² Acerca dessa questão consultar A. Paulo Dias Oliveira, “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista...” *cit.*, pp. 159-160 e nota 10 da p. 160. O presente artigo retoma, embora em moldes diversos, o tema abordado no início da 2ª série, *cf. Idem, Ibidem*, pp. 157-160. Sobre o Hispanismo de Sardinha pode consultar-se a síntese elaborada por Maria da Conceição Meireles Pereira em “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre Utopia e Distopia”, Separata da *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, Vol. 31, 2010, pp. 267-270, que, na nossa parca opinião, apenas pode ser glosada por não citar e analisar alguns textos fundamentais publicados na Revista que agora nos ocupa.

ecumenismo, centralizando, em seu torno, todos os anseios, objectivos e ambições do mundo ocidental¹³.

A memória do Mestre

Por fim, no que respeita à questão da memória, as referências ao mestre integralista são múltiplas. Logo no artigo de abertura desta série Manuel Múrias testemunha a vontade de prosseguir, com as suas parcas forças, o trabalho de Alberto Monsaraz e António Sardinha. Esse facto é complementado pela chamada de atenção à “primeira geração do integralismo”, a evocação dessa reminiscência pretende, por um lado, dar alento aos que restaram e, por outro, pagar a sua dívida de gratidão a esses homens. Dupla intenção, que no nosso alvitre, concorre para o mesmo objectivo: tornar Manuel Múrias o herdeiro, por excelência, do movimento integralista.

Ainda no mesmo número encontramos a notícia da tradução para castelhano da obra de António Sardinha *A Aliança Peninsular*, onde se desenvolve o conceito de Hispanismo e de aliança hispano-americana, desiderato mor, como já se constatou, do pensador de Monforte, a publicar pelo periódico *La Nación*¹⁴. Similarmente, no elogio a João do Amaral também o mestre falecido em 1925 é envolvido, assim como Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz e Pequito Rebelo, ao se fazer o panegírico dessa geração “reveladora da verdade política portuguesa e do verdadeiro nacionalismo”.

Em seguida, temos a menção ao Instituto António Sardinha, essa iniciativa, a par do número de homenagem ao autor alentejano, é das que são postas em marcha logo após o seu passamento¹⁵. Em particular, informa-se da sua abertura em Janeiro, com a determinação que venha a edificar a base de um centro de estudos nacionalistas, alternativo à Universidade oficial. Apela-se, finalmente, a que todos os membros do integralismo se tornem sócios do Instituto, de modo a que o seu nome fique em conexão com o maior movimento de ideias da época¹⁶. Uma

¹³ António Sardinha certifica-nos, no artigo em análise, que no génio hispânico existe um “sentido unitário e humano”. Já agora, que vem a talhe de foice, somos da opinião que o autor confunde, propositadamente ou não, a crítica à civilização ocidental com a censura do positivismo e do naturalismo, o que, diga-se de passagem, não é bem a mesma coisa.

¹⁴ Redacção, “Marquês de Quintanar”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo I, nº 1, pp. 66-67. Ao que podemos apurar a obra *A Aliança Peninsular* teve duas traduções em castelhano, uma de 1930 e outra de 1939, neste caso, as referências terão que dizer respeito à futura publicação da primeira das traduções. Ainda sobre este tema consultar o artigo de António Sardinha, “Madre-Hispânia”, 3ª série, nº 2, pp. 97-122, o autor apresenta-se como filho da Madre-Hispânia, refutando, com energia, a ideia da decadência ibérica e contrapondo o conceito hispânico de pessoa ao conceito de indivíduo anglo-saxão.

¹⁵ Ao que podemos apurar, nenhuma das duas iniciativas chegou a ver, verdadeiramente, a luz do dia.

¹⁶ No número seguinte reporta-se o encerramento do Instituto com o pretexto, alegado pelo Governador Civil de Lisboa, de que não tinha os estatutos aprovados. Contesta-se que não tinha estatutos pois

última nota, esta respeitante às semelhanças e diferenças entre o integralismo e o saudosismo, esse facto serve de ponto de partida para a consagração de António Sardinha como o nome mais simbólico do movimento do integralismo lusitano.

No número seguinte, como já se referiu, existe uma alusão à passagem do segundo aniversário do falecimento de Sardinha, significa isto, como se pôs também em saliência, que este número terá visto a luz do dia em Janeiro de 1927 ou data ligeiramente posterior, o que como já constatámos, é mais plausível. Além disso, refere-se a inauguração de uma lápide comemorativa no Aqueduto da cidade de Elvas, centro urbano onde o citado viveu os últimos anos da sua existência.

Duas últimas menções tem que ser postas em destaque: em primeiro lugar, nova referência à teorização da união hispânica, neste caso à transcrição de excertos do artigo dedicado à Latinidade, Cristandade e Hispanismo por parte do periódico *Las Provincias*, que, também, dedica esse número ao autor alentejano; em seguida, a transcrição de artigo publicado pelo jornal *Estado de S. Paulo* acerca de António Sardinha, peça da autoria de Júlio Moreira, nesse documento é destacado o “alto significado moral da sua obra” e o nacionalismo e religiosidade próprios desse defensor do engrandecimento pátrio¹⁷.

No número *troika* (como agora se diz, não sei se por causa da abundante imigração de leste ou do FMI) faz-se a recensão crítica da obra de Sardinha, *Na Feira dos Mitos*. Aqui se põe em saliência que o autor monfortense escreveu iluminado de “duas verdades eternas”: a Igreja e a Realeza, únicas instituições que podem servir de barreira às mentiras da civilização presente, ou seja, o liberalismo, o individualismo, o soviétismo, etc. Termina-se evocando o papel da Tradição, a terra e os mortos, o culto do passado, como estímulo da acção e força social, o lusitanismo e o nacionalismo universalista¹⁸.

Ainda no mesmo número se alude à edição póstuma de algumas obras de António Sardinha, graças aos esforços ingentes de Hipólito Raposo e Rodrigues Cavalheiro, estão nesse caso as seguintes publicações: *Poesia – Era uma vez um menino...Elegias*, Lisboa, 1926; *Prosa - Ao ritmo da Ampulheta – Crítica e Doutrina*, Coimbra, 1926, *Teoria das Cortes Gerais*, Lisboa, 1925, *Na Feira dos Mitos – Ideias e Factos*, Lisboa, 1926, *Durante a Fogueira – Páginas de Guerra*, Lisboa, 1927, *À Sombra dos Pórticos – Novos Ensaio*s, Lisboa, 1927, anuncia-se, ainda, que esses

apenas se previa a sua abertura para o mês de Março, argumentam, ainda, que, ao contrário de outras instituições como a maçonaria, os centros plutocráticos ou os sindicatos que também não têm estatutos aprovados, o Governador Civil só encerra o Instituto António Sardinha, o que claramente demonstra má vontade em relação ao movimento integralista, *vd.*, Redacção, “Instituto António Sardinha”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, nº 2, pp. 154-155. Por último, não podemos deixar de salientar que a referência anterior à abertura do Instituto em Março pressupõe que este número seja de Janeiro ou Fevereiro, sendo a última data, cremos nós, a mais plausível.

¹⁷ Cf. Redacção, “Latinidade, Cristandade e Hispanismo” e “António Sardinha no Brasil”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, nº 2, respectivamente, pp. 159-160 e 160-163.

¹⁸ *Vd.* Redacção, “Na Feira dos Mitos”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, nº 2, pp. 231-234.

livros se encontram à venda na administração da *Nação Portuguesa*. Conclui-se com o elogio do autor como o verdadeiro ideólogo da “Cidade Nova”, da “Ordem Nova” e, identicamente, como restaurador do génio tradicional português¹⁹.

Se exceptuarmos pequenas menções dispersas aqui e ali, só encontramos nova notícia do mestre integralista no número 9 de Janeiro de 1928. Como não seria de espantar, comemora-se a passagem do terceiro aniversário do seu falecimento e a única inovação, e não é de pequena monta, é o artigo estar assinado pelo, então, Secretário da *Nação Portuguesa*, Marcelo Caetano. Nesse *memento* se aproveita para traçar um quadro catastrófico da nação onde “não há uma ideia nacional, não há fé cívica, não há inteligência ordenadora, nem a vontade que realiza com prudência, persistência e acerto. Falta a nobreza moral e o sentimento estético”²⁰.

Os artigos de Manuel Múrias

Terminado este pequeno excuro de memorandos acerca de António Sardinha, falta empreender a análise dos artigos doutrinários mais significativos desta camada do periódico de Cultura Nacionalista. No caso vertente, somos de opinião que dois autores se destacam nesta série: Manuel Múrias, director e principal animador da publicação e Marcelo Caetano, este, a partir do número sete, Secretário da *Nação Portuguesa*.

Tal como estabelecemos para Sardinha será desejável, num primeiro momento, inventariar os artigos da sua responsabilidade: dois deles já foram anteriormente imputados, a saber, “Vigília de Armas”, Tomo I, nº 1, pp. 7-14 e “Olhando o caminho”, Tomo II, nº 12, pp. 373-376, ainda da sua pluma são, “A China e o Ocidente”, Tomo I, nº 3, pp. 206-210, “Nacionalismo e Catolicismo. Teoria do Nacionalismo Português”, Tomo I, nº 5, pp. 329-343 e Tomo II, nº 10, pp. 281-292, “Nacionalismo e Catolicismo. Conceito de Tradição”, Tomo II, nº 7, pp. 24-36, “A língua portuguesa no Brasil”, Tomo II, nº 11, pp. 305-317, “Nacionalismo e Catolicismo. O génio português”, Tomo II, nº 11, pp. 343-354, “Espanha e Portugal”, Tomo II, nº 11, pp. 355-358 e “As razões do nosso tempo”, Tomo II, nº 12, pp. 409-418.

No que reporta ao primeiro item, empeça com a memória do falecido e rapidamente transita para uma crítica da política liberal com a conseqüente valorização dessa geração que edificou a doutrina integralista. Afirmando a vontade de ser o mais lídimo continuador dos trabalhos desses pioneiros, desemboca na confirmação de que José Fernandes Júnior se tornou a verdadeira “alma” da *Nação Portuguesa* após o trânsito do mestre.

¹⁹ Cf. Redacção, “Os livros póstumos de António Sardinha”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo I, nº 3, pp. 236-238.

²⁰ Marcelo Caetano, “António Sardinha”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo II, nº 9, pp. 221-223.

Por ser o mais substancial, vamos, em primeiro lugar, tratar do artigo intitulado “Nacionalismo e Catolicismo. Teoria do Nacionalismo Português” a que iremos agregar, visto que ficam debaixo da mesma epígrafe, os títulos “Nacionalismo e Catolicismo. Conceito de Tradição” e “Nacionalismo e Catolicismo. O génio português”. Mas vejamos cada um em pormenor.

Na doutrina do patriotismo começa por tecer algumas considerações acerca da obra de Oswald Spengler que retrata a decadência do mundo ocidental²¹, concluindo que o que está em perigo não é tanto a civilização do poente mas as teorias nacionalistas desses países. Aproveitando para condenar a Reforma, a Revolução Francesa, a Enciclopédia e o Liberalismo, atesta que a via de recondução ao bom caminho do mundo ocidental passa pelo conceito de nacionalismo, do qual vai estabelecer as diversas cambiantes suportado pela doutrina de J. Maritain. Tudo isso lhe vai permitir concluir que o nacionalismo só é defensável se se entender a nação como sinónimo de *civitas*, ou seja, como a mais importante unidade social e, por outro lado, a teoria só adquire sentido, como Sardinha achava o mais desejável, pelo retorno da primazia do espiritual.

Num momento complementar, vai fazer a crítica ao mito da superioridade germânica e anglo-saxónica para desembocar na verdadeira noção de nacionalismo, isto é, um verdadeiro composto de hispanismo e latinidade, o que é o mesmo que dizer, os dois vectores que enformam o catolicismo, defendendo que apenas esta via, tal como Sardinha já tinha delineado, pode salvar os países latinos da decadência em que mergulharam.

No seguinte vai-se tentar definir o verdadeiro conceito de Tradição abstraindo todas as suas adjectivações: tradição absolutista, tradição liberal e tradição republicana. Certifica-nos que para a realização dessa tarefa é imperioso a análise cuidada e pormenorizada dos nossos oito séculos de história, para, desse modo, tentar descortinar a força nacional criadora, isto é, a raiz mais substancial da tradição portuguesa. Por fim, elucida-nos que esta se encontra em duas ideias fundamentais: uma particular, a saber, a monarquia dos municípios e das províncias; outra universal, o catolicismo.

Na última peça dedicada ao nacionalismo e ao catolicismo Múrias vai estabelecer que a unidade espiritual portuguesa se deve ao catolicismo e é esta mesma posição religiosa que vai caracterizar o génio português. Em seguida, vai fazer depender do espírito católico todas as realizações do génio nacional desde a

²¹ Temos a noção clara que Múrias, tal como Sardinha em outras ocasiões, não perceberam, ou não quiseram perceber, o sentido mais substancial da doutrina spengleriana que consiste na ideia da transformação das culturas em civilizações, ou seja, a ideia que a cultura significa uma fase florescente de um povo e que a civilização representa a sua decadência ou velhice. Por outro lado, também não lhes fazia sentido a ideia defendida por Spengler de que todas as culturas eram idênticas e, por isso, de igual valor intrínseco, cf. Oswald Spengler, *La decadencia del occidente*, 6ª edição, Madrid, Espasa-Calpe, 1944, a edição original é de 1917.

conquista de Ceuta às navegações e, em relação a estas últimas, conclui que foram os jesuítas “os verdadeiros missionários da civilização portuguesa (...) que se não distinguia da civilização católica”, identificando, dessa forma, o génio nacional e o génio católico, isto é, o génio jesuítico²².

Em “A China e o Ocidente” o autor nacionalista depois de começar por historiar o comércio nesse país oriental, defende que é contra ingleses e americanos que se ergue o nacionalismo chinês e não em oposição ao nosso domínio em Macau. Argumenta que os líderes nacionalistas chineses foram formados no Ocidente e evitados dos vícios da civilização ocidental e, por esse motivo, nem todos os males se devem atribuir à difusão da doutrina soviética. Termina profetizando, num registo mais realista, o despontar do gigante adormecido e, num registo completamente lírico, a religião católica como possível salvadora da China (cerca de dois milhões de católicos num universo de quatrocentos milhões).

O artigo sobre o vernáculo no Brasil é um traslado da conferência realizada, a convite da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, no Salão Nobre em 8 de Março de 1928, nesta, o autor transmontano, alega que a unidade do Brasil, quer dizer, o seu sustento territorial, se deve à unidade linguística. Empreende, de seguida, o estudo das condições em que a língua portuguesa se desenvolveu no país de além-mar, ligando-a ao desenvolvimento das capitânias e concluindo que a história da colonização do Brasil é inseparável da história da Companhia de Jesus, pois foi esta que divulgou a língua na América portuguesa. Num registo messiânico, termina com a asserção do domínio do Império da língua portuguesa no Atlântico Sul, embora, na nossa humilde opinião, mais valia salientar, como faz Sardinha, o domínio do Império da língua hispânica.

Em “Espanha e Portugal” o principal objectivo é a crítica aos princípios hispanistas desenvolvidos no artigo de Gaziél publicado no jornal madrileno *El Sol*. Com esse fito, vai defender a autonomia e especificidade do povo português face ao castelhano, porém, não se esquece de identificar e pôr em relevo as características que nos unem, a saber, laços de espírito, identidade de civilização e vizinhança. Não deixa de terminar pondo em proeminência que o hispanismo não é só glorificação do esforço civilizacional espanhol mas também diligência cultural portuguesa.

No derradeiro editorial, “Olhando o caminho”, faz a retrospectiva do caminho seguido pelo periódico, afastado das intrigas políticas, partidárias, literárias mesquinhas e dos patronatos financeiros, seguindo em linha recta o domínio da cultura nacionalista que pretende congrega a unidade moral da nação e que recolhe o sentido universalista da Igreja Católica²³. Conclui confirmando que “o nosso

²² Também sobre a problemática do nacionalismo, embora de menor interesse na nossa chã opinião, é o artigo de José Augusto Vaz Pinto, “Da essência e dos limites do Nacionalismo Português”, 4ª série, Tomo II, nº 7, pp. 69-79.

²³ Não podemos deixar de certificar que, na nossa modesta opinião, a “questão religiosa” foi uma questão fulcral durante o período republicano de 1910 a 1926, aliás, pensamos que foi uma das

nacionalismo pretende reconciliar os Portugueses com Portugal” e não se esquece de fazer um encómio largo de todos os colaboradores, antigos e recentes, da revista.

No restante, “As razões do nosso tempo”, trata a questão da reacção que tem perpassado a Europa, especialmente França que tem as primícias do pensamento contra-revolucionário, na instauração de uma Nova Ordem. Tal facto, vai permitir-lhe atestar, depois de mencionar os mestres, que o pensamento do início do século XX é, fundamentalmente, contra-revolucionário, nacionalista e tradicionalista. Depois de tanta citação de elementos da *Action Française*, não se esquece de tentar arranjar uma barreira ideológica entre este movimento e o integralismo lusitano, tarefa que, a partir de certa época, se tornou essencial no movimento integralista.

A participação de Marcelo Caetano

Trataremos, neste momento, os artigos da responsabilidade do futuro Presidente do Conselho, na altura ainda um jovem de cerca de 21 anos. Tal como procedemos anteriormente, vamos, num primeiro momento, catalogar a sua participação nesta quarta série da *Nação Portuguesa*. Nessa ordem de ideias, os seus artigos mais significativos são: “Francisco de Vitória, fundador do Direito Internacional”, 4ª Série, Tomo I, nº 1, pp. 77-82, “A doutrina católica da resistência à opressão”, 4ª série, Tomo I, nº 6, pp. 410-419, “O estado de necessidade em Direito Penal – Doutrina, Legislação e Jurisprudência”, 4ª série, Tomo II, nº 7, pp. 37-52 e nº 8, pp. 147-159.

Embora não os referindo em maior pormenor, gostaríamos de deixar aqui nota de um conjunto de pequenos escritos de Marcelo Caetano que, na nossa franca opinião, podem ter interesse para os investigadores da obra e da personalidade do falecido chefe de governo, estão neste caso os seguintes: “Uma revista espanhola de estudos bíblicos”, 4ª série, Tomo I, nº 3, pp. 229-231, neste texto Caetano elogia o espírito católico dos nossos vizinhos e apela aos teólogos portugueses para que colaborem no periódico; “O espírito universitário na Argentina”, 4ª série, Tomo I, nº 4, pp. 313-317, o autor pretende lutar contra a degradação da universidade, informa da necessidade de “fazer *integralismo*, isto é, de congregar numa mesma obra nacionalista todos os valores morais” e, finalmente, dá como exemplo a seguir a *Revista de la Universidad Nacional de Cordoba* na Argentina.

principais responsáveis para as várias turbulências desse período. Para se ter uma visão esboçada das questões em evidência veja-se, entre outros, Maria Lúcia de Brito Moura, *A “Guerra Religiosa” na I República*, 2ª edição, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2010, onde a autora nos dá uma visão minuciosa sobre este conflito entre a Igreja e o Estado.

Ainda da sua lavra são: “Universidad – Revista de cultura y vida universitária – Zaragoza”, 4ª série, Tomo I, nº 5, pp. 393-394, onde se faz o encómio da revista citada que nas suas páginas publica “excelentes estudos de pedagogia, letras, direito, ciências exactas e naturais”, mas que, ainda, revela interesse no ressurgimento da Espanha moderna; “Os sinos do cativo”, *Ibidem*, pp. 397-399, o autor lisboeta elogia a obra de António Correia de Oliveira a quem apelida de poeta da Ordem Nova, salienta, também, o seu fervor nacionalista e as características proféticas do seu lirismo; “A Assembleia Nacional em Espanha”, 4ª série, Tomo I, nº 6, pp. 456-459, o futuro adepto do Estado Novo refere a repercussão que teve em vários países europeus, incluindo Portugal, a convocação da Assembleia Nacional de Espanha, não deixa, do mesmo modo, de se congratular com o rumo que estão a tomar os acontecimentos políticos no outro país hispânico, terminando com a asserção de que o nacionalismo se tornou o sistema político da “moda”.

Continuando a mesma tarefa temos: “D. Miguel II”, 4ª série, Tomo II, nº 7, pp. 80 a 83, aqui se defende a ideia de que D. Miguel I era um rei popular, logrando, na mesma ordem de ideias, diligenciar o encómio do herdeiro onde entrevê influências do Integralismo Lusitano; “O Estado Novo”, 4ª série, Tomo II, nº 8, pp. 160-161, acerca da conferência de Armando da Silva sobre o assunto referido, proferida na Sala Portugal da Sociedade de Geografia em 12 de Novembro de 1927, a esta sessão presidiu o Ministro das Colónias, nessa prelecção defende-se o interesse nacional e a revogação das leis “descristianisadoras” que atentam contra “os sagrados direitos da família”, elogia o espírito nacionalista e as ditaduras espanholas e italianas, ultima o escrito com a necessidade de serem revistos os programas de acção política.

Ainda da sua pena é, o já referenciado, “António Sardinha”, 4ª série, Tomo II, nº 9, pp. 221-223, a propósito do 3º aniversário da morte do Mestre tece considerações acerca da falência das ideologias e dos sistemas políticos, revelando, do mesmo modo, à pureza que Portugal se debate nas mãos de incompetentes, não havendo ideias directrizes nem racionalidade, faltam, ainda, sentimentos afectivos, morais e dignos; “Fidelino de Figueiredo”, *Ibidem*, pp. 224-225, o professor de direito manifesta o desejo de registar todas as manifestações de cultura e espírito nacionalista que conduzam à aproximação entre os países ibéricos e os seus “filhos” da América do Sul e, por esse motivo, não pode deixar de destacar o artigo do citado intitulado “A colaboração portuguesa no descobrimento da América do Norte”, publicado na Revista *Raza Española*, nº 105-106, elabora, a terminar, um sumário do texto onde são analisados os irmãos Corte Real, João Fernandes Labrador, João Álvares Fagundes e Estevão Gomes.

Finalmente, “Em louvor de S. Francisco – A literatura portuguesa”, *Ibidem*, p. 235, o académico faz uma referência elogiosa à obra coordenada por Joaquim Alves Correia, Manuel Alves Correia e Joaquim Capela que recolhe os textos escritos por autores nacionais em louvor de S. Francisco, elaborando, em seguida,

uma análise onde critica alguns aspectos da publicação e “O irmão de Luzia”, 4ª série, Tomo II, nº 12, pp. 428-434, onde se faz o panegírico de Nuno de Montemor (pseudónimo do Padre Joaquim Augusto Álvares de Almeida) eminente combatente nacionalista, salienta, da mesma forma, os objectivos da obra: reabilitação da Companhia de Jesus e demonstração do perigo que seria para “a paz do lar” a diferença de convicções religiosas entre os cônjuges.

Voltando aos seus textos mais substanciais, temos que no artigo acerca do fundador do direito internacional o professor de direito administrativo começa por saudar a fundação da “Sociedade Francisco Vitória”, acontecimento que é, igualmente, aclamado pela Revista *Raza Española* que o considera o fenómeno hispanoamericano de maior importância, entre os até aí realizados. Seguidamente, vai, o jusperito, esboçar os traços dessa personalidade que considera um precursor de Hugo Grócio, aliás, como nos relembra o autor, na mais famosa obra de Grócio são referenciados cerca de 30 autores ibéricos (teólogos, juristas e historiadores). Reafirma, ainda, o objectivo principal da Sociedade, ou seja, a afirmação da existência de uma escola espanhola de direito internacional. Última com a noção de que não existe ninguém mais amigo de Espanha que os nacionalistas portugueses que, porém, mantêm a sua identidade e autonomia própria.

No texto sobre a doutrina católica de resistência à opressão o causídico expõe de forma resumida os princípios fundamentais dessa teoria, segundo a ordem histórica do seu aparecimento, desenvolvimento e aplicação. Esclarece-nos, por outro lado, que o conceito de resistência, embora se trate sempre de resistência passiva, à lei injusta nasce da opção, em caso de colisão de leis, pela ordem divina em detrimento da ordem civil, sendo que essa é a opção dos apologistas dos séculos II e III.

Por outro lado, vai lembrar que segundo o ideário agustiniano são injustas as leis que: em primeiro lugar, são contra a religião; em seguida, as que pretendem regular assuntos eclesiásticos, em terceiro lugar, as que são imorais; por último, as que violam as liberdades naturais e o interesse dos cidadãos; convém acrescentar que o sistema agustiniano abre espaço, em casos muito específicos, à sedição. No caso de S. Tomás vai dar-se uma inversão nesse credo, pois, para o doutor angélico, se o governo é injusto e tirano é ele que é sedicioso e, portanto, os que o querem derrubar não o são. Conclui com a exposição das três formas enunciadas: resistência passiva, resistência defensiva e resistência activa e com excertos de textos de Leão XIII que demonstram que a resistência activa é legítima em caso de mal maior.

Por último, no artigo acerca do estado de necessidade em Direito Penal, deve-se começar por chamar a atenção de que se trata de um excerto da dissertação apresentada, com ligeiras alterações, para o exame de estado do 5º ano de Direito na Universidade de Lisboa, convém, ainda, referenciar a bibliografia sobre

o assunto em apreço, que abarca autores franceses, alemães, espanhóis, belgas, etc.²⁴.

O texto principia com a análise da noção de necessidade, passa pela disquisição do estado de necessidade e de legítima defesa, investiga a relação entre o estado de necessidade e o medo e fenece no estudo das diferentes doutrinas acerca do estado de necessidade. No que se refere à classificação destas últimas encontramos as seguintes: em primeiro lugar, a teoria da volta à comunidade de bens; em seguida, a doutrina do constrangimento moral; em terceiro lugar, a noção da inutilidade da repressão; em quarto, o sistema de conflito de bens ou do conflito de direitos, ou seja, o conflito entre o direito à vida (lei natural) e o direito de propriedade (direito das gentes); em quinto lugar, o princípio de Fichte; e, finalmente, a doutrina de Ferri e o projecto do Código Penal Italiano. Por último, o futuro Presidente do Conselho esboça a sua opinião, a saber, “que o estado de necessidade em certos casos constitui uma circunstância dirimente da responsabilidade criminal”, com esse fito vai analisar alguns casos específicos, isto é, o conflito entre o direito à vida e o direito de propriedade, o conflito entre dois direitos à vida e, por fim, outras hipóteses menos significativas.

Para complementar toda a sua exposição, vai expender toda a legislação e jurisprudência estrangeira, quer dizer, suíça, alemã, holandesa, húngara, espanhola, argentina, russa, italiana, francesa (embora, considere está última num estado mais atrasado que a restante), sobre a questão em discussão, findando com a exposição sobre o caso específico de Portugal, nesse particular, examina o comentário ao Código Penal de Levy Maria Jordão e o Código coevo.

Restante colaboração

Da restante colaboração é, por um lado, necessário atestar que se torna impossível dar notícia de todas as contribuições e, por outro lado, alguns artigos nada mais fazem de que reafirmar princípios por demais expostos e repisados²⁵.

²⁴ Marcelo Caetano, “O Estado de necessidade em Direito Penal – Doutrina, Legislação e Jurisprudência”, *Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo II, nº 7, p. 37. Sobre as funções da pena ver *Idem*, *ibidem*, p. 45.

²⁵ Estão neste caso, por exemplo, os artigos, que também não primam pela clareza, de Álvaro Maia, “A raiz germânica do simbolismo”, 4ª série, Tomo II, nº 10, pp. 250-263 e de César de Oliveira, “A Trindade da Emancipação”, 4ª série, Tomo I, nº2, pp. 141-153. Por outro lado, não queríamos deixar de fazer referência a um conjunto de textos, a que não faremos alusão mais demorada, acerca de questões linguísticas e filológicas, estão nessa situação os seguintes artigos: Rodrigo de Sá Nogueira, “Estudos de Filologia Portuguesa. Comentários etimológicos (Alguns casos de dissimilação vocálica)”, 4ª série, Tomo I, nº 4, pp. 269-281, o texto é dedicado à memória de Adolfo Coelho, *Idem*, “Da necessidade de se reformar a gramática, e dos moldes em que uma tal reforma deveria ser vasada”, 4ª série, Tomo I, nº 6, pp. 426-443 e *Idem*, “Da partícula ‘se’ portuguesa”, 4ª série, Tomo II, nº 9, pp. 186-193. Talvez menos interessantes sejam os seguintes textos: Alexandre de Albuquerque, “Dante e Camões. I – Suas Vidas. II – Seus Amores. III – Seus Poemas”, 4ª série, Tomo I, nº 5, pp. 344-358,

Nessa ordem de ideias, elegeremos, apenas, aqueles que, na nossa simples opinião, melhor podem retratar e exemplificar o que de significativo tem esta Revista de Cultura Nacionalista que, neste momento, nos ocupa.

Nessa ordem de ideias, existem, no nosso desprezioso alvitre, dois textos que, claramente, se destacam, estamos a referir-nos aos escritos do General Vitoriano José César, “A Batalha de Ourique”, 4ª série, Tomo II, nº 1, pp. 37-46, nº 2, pp. 129-140 e nº 3, pp. 182-192 e J. Lúcio de Azevedo, “A Índia e o ciclo da pimenta”, 4ª série, Tomo I, nº 1, pp. 47-57, nº 2, pp. 115-128, nº 3, pp. 211-220, nº 4, pp. 296-307 e nº 5, pp. 379-388, serão estes que trataremos em primeiro lugar.

A obra de J. Lúcio de Azevedo é uma das mais significativas desta quarta demão da *Nação Portuguesa*. Começa o autor por fazer referência ao primeiro afluxo da pimenta até Lisboa (1502), esse facto significou o começo da ascensão do comércio atlântico em detrimento do comércio mediterrâneo, com a chegada de mercadores estrangeiros ao nosso país.

O que é um facto, confessa-nos o autor sintrense, é que o comércio da Índia trouxe enormes proventos para a coroa, o Rei que tinha sido o primeiro proprietário rural era agora o principal comerciante, marinheiros e particulares, destacando que a opulência da Flandres se deveu, fundamentalmente, ao comércio com os portugueses. Porém, os gastos relacionados com a guerra cedo absorveram esses rendimentos, tanto que isso se reflectiu na situação desequilibrada das finanças ao tempo de D. João II e D. Manuel, contudo, essa situação transitava da época de D. Afonso V.

O que era verdade é que a “empresa do comércio (...) continuava a não dar para os gastos”, tanto que a dívida pública em 1552 era de 3 milhões de cruzados. Com D. Sebastião entrega-se o comércio da Índia na mão dos particulares, situação que foi mantida no tempo de D. Henrique e durante o domínio castelhano de D. Filipe II. O comércio indiano entra, desse modo, “em declínio ininterrupto” e, assim, “se extinguiu o poder marítimo e esgotava a pujança que um século antes tinha espantado a Europa”, porém, “dentro do recinto (Casa da Índia) oficiava um pessoal numeroso e liberalmente retribuído”.

Conclui que a situação se tenta mitigar com a insolvência da Casa da Índia, 1560, no entanto, em 1607 a dívida da coroa ainda não estava liquidada, apesar de tudo isto, certifica J. Lúcio de Azevedo, que se a “Índia e África empobreciam o Estado, enriqueciam a casta nobre”, a verdadeira beneficiadora de toda essa situação.

Idem, “A Expressão Literária (Nova Classificação), 4ª série, Tomo I, nº 6, pp. 401-409, Mário de Albuquerque, “O claro génio lusíada”, 4ª série, Tomo II, nº 8, pp. 113-122 e Alexandre de Albuquerque, “O nome de Portugal (Nova etimologia)”, 4ª série, Tomo II, nº 10, pp. 241-249. Por último, talvez com algum interesse para a História da Arte, o texto de J. Mendes da Cunha Saraiva, “O túmulo duma Infanta na Charola da Sé de Lisboa”, 4ª série, Tomo II, nº 7, pp. 53-68.

Em relação ao outro artigo diga-se, de passagem, que é a transcrição duma conferência realizada pelo autor nos Paços do Concelho do Cartaxo, em 7 de Agosto de 1926, dia em que foi comemorada aquela batalha. Tem como objectivo, desde logo, o despertar das energias do povo português e, por esse motivo, defende que é necessário procurar no passado as fontes dessa energia²⁶, não se esquecendo, por fim, de elogiar o actual governo.

A figura castrense define, desde logo, o fito de expor em pormenor o acontecimento em relevo e, por esse motivo, vai inventariar as diferentes tentativas de possuir Lisboa, de 757 a 1139, e de Santarém, cidade estratégica na orla do Tejo. Apresenta a tese, em seguida, que a batalha terá evoluído perto do Cartaxo em “Chãas d’Oric”, fazendo uma descrição geográfica do terreno da batalha, das forças em confronto e as várias desenvolturas que esta tomou. Conclui, declarando que, embora não defenda a ideia do Milagre de Ourique, estas visões celestes tinham efeito no campo de batalha e, desse modo, podem adquirir realidade histórica²⁷.

Por último, também dedicaremos a nossa atenção aos seguintes artigos: Gonzague Truc, “Scolastique et Revolution”, 4ª série, Tomo I, nº 4, pp. 256-265; Francisco Beliz²⁸, “Um plano de acção municipal”, 4ª série, Tomo I, nº 5, pp. 359-361; Idem, “O municipalismo na Ditadura”, 4ª série, Tomo II, nº 7, pp. 20-23; José Augusto Vaz Pinto, “Angola e a expansão portuguesa”, 4ª série, Tomo I, nº 5, pp. 365-372; António Serras Pereira, “A crise social portuguesa em 1521”, 4ª série, Tomo II, nº 8, pp. 136-146; Correia Marques, “Crónica Internacional”, 4ª série, Tomo II, nº 9, pp. 186-193; Juan Beneyto Pérez, “Latinidad, Cristiandad e Hispanismo”, 4ª série, Tomo II, nº 10, pp. 273-280.

No primeiro dos artigos indicados vai-se empreender o esforço de definir a escolástica como disciplina revolucionária, embora não daquela revolução racionalista liberal, ao contrário da “tradição” que a tem como reaccionária, este intento procura salvar a peripatética enquanto a expõe como a verdadeira cadeira da inteligência humana. Segundo o autor francês, alcandorado no pensamento do filósofo medievalista E. Gilson, “ a filosofia dos grandes doutores medievais restitui-

²⁶ Talvez por esse motivo a *Nação Portuguesa* se vá tornar, nas suas últimas séries, uma revista de cultura histórica. Veja-se, por exemplo, a seguinte alegação, A Revista “foi, no seu início, uma revista de cultura política, [mas] é hoje, principalmente uma revista de cultura histórica”, Redacção, *Nação Portuguesa*, 11ª série, nº 2, 1937, pp. 105-106. Como diria Camões, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.

²⁷ Esta posição de Vitoriano José César, na nossa modesta opinião, parece-nos muito próxima aquela que Camilo vai adoptar na resposta a Alexandre Herculano na questão sobre “O Milagre de Ourique”, o texto intitula-se “O Clero e o Sr. Alexandre Herculano”, *Obras Completas*, Vol XVII, Porto, Lello & Irmão Editores, 1994, pp. 3-16.

²⁸ Este autor também utiliza o pseudónimo de Fernão da Vide com o qual publicou a obra *O Pensamento Integralista*, Lisboa, Junta Provincial da Estremadura, 1923.

nos o significado de toda a filosofia. Ela diz-nos que é o problema do ser que interessa e não o do devir”²⁹.

O primeiro texto de Fernão da Vide pretende, tal qual o Calisto Elói de *A queda de um Anjo*, o retorno às formas orgânicas medievais e tradicionais, na tentativa de revitalizar o municipalismo que o século XIX desvirtuou ou extinguiu, pondo nessa tarefa todos os anseios do nacionalismo que pugna pela edificação da “Cidade Nova”. Por seu lado, para a edificação da “Ordem Nova” e da “Cidade Nova” é necessário entender os escritos de Sardinha condensados na *Teoria do Município*³⁰. Ultima este documento com a exposição das Bases de Organização do Grémio de Acção Municipal de Castelo de Vide.

No outro, Beliz noticia que os corpos administrativos irão encabeçar um grande movimento de apoio à ditadura nacional e a propósito dessa informação relembra o plano municipal mencionado no parágrafo anterior. Enlevado por essa força motriz, o autor vai considerar que os corpos municipais devem manter-se “libertos do vírus partidista, dispostos a não reconhecer a supremacia local do cacique”. Nessa ordem de ideias, o poder governativo deve sustentar-se numa Federação de Grémios Municipais em sintonia com os Grémios Corporativos que se vierem a formar, defendendo, finalmente, uma acção concertada entre os administradores dos concelhos e os governadores civis.

O arrolado por Vaz Pinto trata, exclusivamente, do problema colonial. Na parte inicial vai definir a política colonial como um dos traços característicos da sociedade ocidental, chamando a atenção para o facto de os países “recentes” (Bélgica, Alemanha, Itália) concorrerem à “partilha de África” encetada pela Conferência de Berlim. Com esse fito, vai analisar a política colonial da Inglaterra, da França, da Espanha, da Alemanha e da Itália e sufragar as ambições dos dois últimos países sobre territórios angolanos.

Por outro lado, vai definir as colónias como “reproduções longínquas, mais ou menos perfeitas, das metrópoles (...) transportando para novos climas costumes e instituições antigas, elas são verdadeiramente a obra colectiva grandiosa de que podem orgulhar-se as nações”. Aproveita a ocasião para traçar um panorama dos nossos territórios ultramarinos, em especial de Moçambique que se encontra cercado pelo grande “mar inglês”. Arremata com a descrição dos três planaltos colonizáveis de Angola (Moçamedes, Benguela e Malange), salientando as riquezas que se podem extrair do solo e, numa visão profética, encara Angola como uma “alta missão espiritual de projecção da civilização portuguesa, hispânica, latina e católica na prometedor terra africana”, sendo que a função desse país em África é servir de

²⁹ O assunto também é largamente abordado, contudo por diferente via, no texto de Ferreira Deusdado, “O espírito mediévico e o espírito humanista, *Nação Portuguesa*, 4ª série, Tomo I, nº 1, pp. 25 a 36.

³⁰ Acerca destes textos cf. A. Paulo Dias Oliveira, “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista...” *cit.*, pp. 161-162.

bastião de defesa latina contra a britinização do continente, e de guarda à latinidade do Atlântico Sul.

O artigo de Serras Pereira, o único que aborda temas históricos³¹, é, pouco mais, que um libelo anti-semita. Para o autor, após a morte de D. João II a plutocracia (os semitas) volta, de novo, a escravizar o reino com o auxílio precioso das classes privilegiadas (nobreza), “o estado judaico”, continua ele, “entrincheirava-se desse modo neste país, onde por direito de conquista ficava usufruindo, com os seus privilégios, uma plena independência de acção”, o semita é “senhor absoluto da vida económico-financeira nacional”.

Por essa razão, D. Manuel I se encontra preocupado, em 1515, com a quantidade de judeus castelhanos que entravam no país, e, nessa correnteza, chega a pedir ao Papa a instauração do Tribunal Inquisitivo, sendo que, em 1521, ainda nos estamos a ater ao seu parecer, “Portugal se via alagado de judeus”. Desse modo, se vão formar quatro grupos de pressão: semitas, nobreza, alto clero aristocratisado e respectivos apaniguados, que, “então parasitam em Portugal na sua tremenda obra de dissolução”. A estas duas outras ameaças se vêm juntar, o protestantismo e uma insurreição islâmica em Marrocos, o resultado final de tudo isto foi a ruína da economia portuguesa e as diferentes rebeliões contra o nosso domínio ultramarino, com o auxílio de diferentes redes de corsários, entre eles, franceses e turcos. Ainda na perspectiva do autor, só no reinado de D. João III todos esses problemas quedaram deliberados.

Sendo que é o único artigo que analisa em exclusivo a situação internacional, vamos dizer algumas palavras acerca do texto de Correia Marques que “não é um artigo: é um lance de olhos ao que vai por esse mundo”. Inicia com o tema, por demais batido, da decadência da Europa e com o alerta para o “perigo Prussiano” que “olha para o Oriente e volve costas ao Ocidente”, aproveitando para reverberar o materialismo, o liberalismo e o individualismo. Enceta, em seguida, algumas considerações sobre o Tratado de Versalhes para o qual defende, numa óptica realista, uma redução das anuidades germânicas. Finaliza com a questão da unificação da Alemanha e a proposta de desarmamento dos soviéticos, onde ele descortina, uma vez mais com foros de veracidade, uma escondida intenção bélica.

O derradeiro artigo que dissecaremos faz entrar em jogo os três conceitos titulados, a saber, latinidade, cristandade e hispanismo. Vai, num primeiro momento, historiar a ideia de latinidade pondo em realce que é na Casa de Aragão que vai nascer essa ideia, depois teorizada por Lallemand, 1843, numa confederação que

³¹ Acerca do uso da história pelos integralistas veja-se o nosso artigo “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista...” *cit.*, pp. 168-170 e, entre outros, o texto de Márcia Grilo, “História e Ideologia no Estado Novo...”, que pode ser consultado neste mesmo número da Promontoria.

abarcaria Espanha, Itália, França e Bélgica. Acrescentamos nós, que fica desta confederação, por sinal, Portugal excluído.

Num momento complementar, vai salientar a importância, para o concerto das nações, dum entendimento colaborativo entre os povos latinos, sendo que a restauração da cristandade é, também, a restauração da paz entre os povos. Conclui assentado que a cristandade nos dá o factor amplo, a latinidade o cimento poderoso e propínquo e o hispanismo uma supranacionalidade espanhola e portuguesa³².

Esta série da Revista de Cultura Nacionalista foi, como se sabe, dirigida por Manuel Múrias e secretariada, a partir do nº 7 como já foi posto em destaque, por Marcelo Caetano, devido ao facto de Rodrigues Cavalheiro não ter aceiteado o múnus. Os seus três primeiros números, não datados, pensamos serem do início de 1927, razões plausíveis para essas datas já foram sendo avançadas, sendo que o quarto é de Julho de 1927, a partir do número cinco até ao nove a periodicidade é mensal (de Setembro de 1927 a Janeiro de 1928), havendo, então, uma interrupção até Março, data do número dez, voltando a periodicidade mensal até ao número doze (Março a Maio de 1928).

Quanto à composição é efectuada nas Oficinas da *Nação Portuguesa*, sito, Largo do Directório, 8 – 3º e a Impressão é da Tipografia Beleza, situada na Rua da Rosa, 99 a 107, o editor, para não variar, é José Fernandes Júnior, a quem Múrias chama, em local que, neste momento, me não ocorre, a “verdadeira alma da publicação”.

Por último, não posso deixar de referir que se publica, ainda, em anexo, um inventário das revistas recebidas na Redacção durante a publicação desta série, o que pode fornecer indícios das relações de amizade estabelecidas pelo movimento do Integralismo Lusitano com instituições nacionais e estrangeiras.

³² Devo declarar que não consigo enxergar, embora, em grande medida, comece a pensar que é do meu fraco entendimento, como esses três conceitos se conciliam, pois o primeiro abarca todos os cristãos (ou será só os católicos? Mesmo assim englobando diferentes povos, até os cerca de dois milhões de chineses que Múrias nos falava), o segundo também abrange outros povos, v. g., os romenos, sendo, no entanto, mais restrito e o final apenas a “Madre Hispânia”.

Anexo

Revistas recebidas

Portuguesas

- Agros – Boletim da Associação dos Estudantes do Instituto de Agronomia, Lisboa.
 A Águia – Órgão da Renascença Portuguesa, Porto.
 Alma Nova – Revista de ressurgimento nacional, Lisboa.
 Arquivo Pedagógico – Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra, Coimbra.
 Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
 Boletim da Agência Geral das Colónias – Lisboa.
 Boletim Mensal da Ordem Terceira e Missões Franciscanas Portuguesas, Braga.
 Brotéria – Série Fé, Ciências e Letras, Caminha.
 Dos Prelos – Boletim de novidades bibliográficas, Lisboa.
 Esperança (A) – Revista de formação católica e social, Funchal.
 Estudos – Revista mensal de cultura e formação católica. Órgão do CADC de Coimbra.
 Gazeta dos Caminhos de Ferro – Lisboa.
 Gil Vicente – Revista mensal literária e de cultura nacionalista, Guimarães.
 Instituto (O) – Revista Científica e literária, Coimbra.
 Labor – Revista bimestral do Liceu José Estevão e órgão provisório do professorado liceal, Aveiro.
 Missões de Angola e Congo – Lisboa.
 Opus Dei – Revista litúrgica mensal, Braga.
 Portucale – Revista ilustrada de cultura literária, científica e artística, Porto.
 Portugal em Angola – Revista de estudos coloniais, Sto. António do Zaire.
 Revista de Guimarães – Publicação da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.
 Revista Insular e de Turismo – Lisboa.
 Revista Portuguesa – Revista de propaganda regional, Vila Viçosa.
 Seara Nova – Revista de doutrina e crítica, Lisboa.
 Técnica – Revista de Engenharia, Lisboa.
 Terra-Mãe – Órgão do Grémio de Acção Municipal de Castelo de Vide.

Espanholas

- Arazanzu – Revista mensal ilustrada, Arazanzu.
 Boletín de Acción Católica de la Mujer en Vizcaya – Bilbao.
 Boletín de la Real Academia Gallega – Corunha.
 Boletín de la Sociedad de Estudios Vascos – San Sebastian.
 Catalunya Franciscana – órgão da Ordem Terceira Franciscana da Catalunha e Baleares, Barcelona.
 Cultura Valenciana – Revista trimestral, Valência.
 Consultor Bibliográfico (EI) – Barcelona.
 España y América – Revista comercial ilustrada de exportação, economia e finanças, Cádiz.
 Estrella del Mar (La) – Órgão da Confederação Mariana Espanhola, Madrid.
 Estudis Franciscans – Barcelona.
 Gaceta de las Artes Gráficas (La) del libro y de la industria del papel, Barcelona.
 Instituto (EI) – Publicação do Instituto de Santo Isidro, Madrid.
 Mercado Poligráfico (EI) – Barcelona.
 Misiones Franciscanas – Barcelona.
 Nos – Revista mensal de cultura galega, Orense.
 Paraula Cristiana (La) – Barcelona.
 Produccion y Técnica – Órgão da Liga Guipozcoana de Produtores, San Sebastian.
 Raza Española – Revista de Espanha e América, Madrid.
 Razón y Fé – Revista quinzenal hispano-americana, Madrid.

Religion y Cultura – Madrid.
Revista del Ateneo – Jerez de la Frontera.
Revista Española de Estudios Bíblicos – Málaga.
Revista Hispanoamericana de Ciências, Letras y Artes – Madrid.
Revista Internacional de los Estudios Vascos – Órgão da Sociedad de Estudios Vascos, San Sebastian.
Revista General de Legislación y Jurisprudencia – Órgão Oficial de la Real Academia de Jurisprudencia
y legislación, Madrid.
Revista Jurídica de Catalunya – Barcelona.
Revista de las Españas – Publicada pela União Ibero-Americana, Madrid.
Revista de Filología Española – Madrid.
Toledo – Revista de Arte, Toledo.
Universidad – Revista de cultura e vida universitária, Saragoça.
Vasconia Industrial y Pesquera – Revista quinzenal da industria da pesca e navegação, San Sebastian.

Várias

Blanco y Negro – Santo Domingo.
Boletim Salesiano – Revista ilustrada das obras de Dom Bosco, Turim.
Bulletin des Missions (Le) – Lophem-les-Bruges.
Gazeta Clínica – Publicação médica paulista, S. Paulo.
Ordem (A) – Ordem (órgão?) do Centro D. Vital, Rio de Janeiro.
Pologne Litteraire – Varsóvia.
Revista de la Universidad Nacional de Córdoba – Córdoba (República Argentina).